

**HABEAS CORPUS Nº 493.191 - AM (2019/0041111-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : FABIO ANTONIO TAVARES DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : FÁBIO ANTÔNIO TAVARES DOS SANTOS - SP116430  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**PACIENTE** : TARCISIO ESTEFANO ROSA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* preventivo, com pedido liminar, impetrado em favor de TARCISIO ESTEFANO ROSA contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Amazonas, nos autos da Tutela Cautelar Antecedente n. 4004217-06.2018.8.04.0000.

Segundo consta dos autos, a Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia - Tropical Hotel ajuizou, perante o Juízo cível, a ação n. 0641824-06.2017.8.04.0001 em face da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, objetivando a concessão de tutela antecipada de urgência a fim de evitar a suspensão do fornecimento de energia elétrica ao estabelecimento.

O Juízo processante acolheu o pedido emergencial e determinou que a Eletrobrás Amazonas "se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica da Autora e caso tenha interrompido o fornecimento, determino o seu restabelecimento, no prazo de 24 horas".

Ao final, o Magistrado, contudo, declarou a extinção do processo, sem resolução de mérito, razão pela qual a Distribuidora de Energia seguiu com a suspensão dos serviços.

Irresignado, o Hotel Tropical propôs, junto ao Tribunal de Justiça, Tutela Cautelar Antecedente que foi acolhida pelo Desembargador Relator, determinando o imediato restabelecimento do fornecimento de energia elétrica por parte da Eletrobrás Amazonas ao referido hotel e fixando multa diante do seu descumprimento (e-STJ fls. 22/23).

Diante da notícia do descumprimento do *decisum*, o

Desembargador determinou que a Polícia Militar do Estado auxiliasse no cumprimento da ordem de restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica "devendo para tanto, prender em flagrante delito quem se opuser ao cumprimento da decisão". E concluiu "determino que por meio de reforço policial, de-se cumprimento imediato da ordem judicial exarada, no sentido de restabelecer o fornecimento de energia do Requerente, sob pena de multa e configuração de ilícito penal" (e-STJ fl. 24).

Daí a presente impetração, em que a defesa alega, em síntese, que o paciente, na qualidade de Diretor Presidente da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, está na iminência de ser preso por ordem manifestamente ilegal que determinou o restabelecimento da energia elétrica do Hotel Tropical, sob pena de prisão.

Sustenta que "trata-se de questão cível *sub judice*, que ainda não resta finalizada, e, que, em momento algum o Paciente criou entrave para seu deslinde" (e-STJ fl. 6).

Ressalta que "não se mostra razoável que a Amazonas continue suportando prejuízos ao manter o fornecimento de energia para uma empresa do porte da Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia - Hotel Tropical, que está inadimplente há meses, locupletando-se em ganhos em prejuízo da Amazonas" (e-STJ fl. 6).

Afirma que a Eletrobrás Amazonas restabeleceu o fornecimento de energia, mas, diante de novo inadimplemento do Hotel Tropical, determinou nova suspensão dos serviços. Assim, conclui ser fundada a ameaça à liberdade de locomoção do paciente.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a expedição de salvo conduto em favor do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como

em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **visualizo indícios sérios de ilegalidade no ato ora impugnado, a justificar o deferimento da medida de urgência.**

Nos termos da orientação firmada por esta Corte e pelo Pretório Excelso, a decretação da prisão por crime de desobediência por Magistrado, no exercício de jurisdição cível, em decorrência de descumprimento de ordem judicial, ofende o art. 5º, LXVII, da Carta Magna, salvo nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

Entende-se que, em casos tais, caberia ao Magistrado a comunicação ao Ministério Público para análise de eventual crime de desobediência, mas não a imediata ordem de prisão.

Nesse sentido, colaciona-se precedente desta Corte:

**MEDIDA CAUTELAR. PROCESSUAL CIVIL. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO TIRADO DE INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. INCABIMENTO. PRISÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. JUÍZO CÍVEL. INCOMPETÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.**

*1. Não cabe, em regra, atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento contra a inadmissão de recurso especial, por se tratar de decisão de conteúdo negativo, implicando antecipação de julgamento do próprio agravo de instrumento interposto.*

*2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em que o magistrado, no exercício de jurisdição cível, é absolutamente incompetente para decretação de prisão fundada em descumprimento de ordem judicial. Precedentes.*

*3. Não há falar em crime de desobediência quando a lei extrapenal não trazer previsão expressa acerca da possibilidade de sua cumulação com outras sanções de natureza civil ou administrativa.*

4. *Pedido indeferido. Habeas corpus de ofício. (MC n. 11.804/RJ, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, julgado em 17/08/2006, DJ 05/02/2007).*

*HABEAS CORPUS. ORDEM DE PRISÃO. DESOBEDIÊNCIA. NÃO-COMPROVAÇÃO DE DEPÓSITO DE ALUGUÉIS. ILEGALIDADE. JUÍZO CÍVEL.*

1. *É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que decreto de prisão decorrente de decisão de magistrado no exercício da jurisdição cível, quando não se tratar das hipóteses de devedor de alimentos, é ilegal.*

2. *Habeas corpus concedido.*

*(HC 125.042/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 23/03/2009).*

*HABEAS CORPUS. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE JUDICIAL. DECRETO DE PRISÃO EXPEDIDO POR JUÍZO CÍVEL. INCOMPETÊNCIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.*

1. *Salvo nas hipóteses de depositário infiel ou de devedor de alimentos, não é o Juízo Cível competente para, no curso de processo por ele conduzido, decretar a prisão de quem descumpra ordem judicial. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.*

2. *Ordem de habeas corpus concedida para cassar a ordem de prisão expedida em desfavor do ora Paciente.*

*(HC 214.297/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 19/04/2012, DJe 30/04/2012).*

No mesmo sentido, julgado do Supremo Tribunal Federal:

*HABEAS CORPUS. SALVO-CONDUTO. PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO JUDICIAL. DÍVIDA DE CARÁTER NÃO ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.*

1. *O Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou a orientação de que só é possível a prisão civil do 'responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia' (inciso LXVII do art. 5º da CF/88). Precedentes: HCs 87.585 e 92.566, da relatoria do ministro Marco Aurélio. (...). (HC n. 94.013, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO,*

Primeira Turma, julgado em 10/02/2009, DJe 13/03/2009).

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **defiro** o pedido liminar para determinar a expedição de salvo conduto em favor do paciente.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Comunique-se com urgência.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator